

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia da República**

A importância estrutural da ligação ferroviária Porto-Vigo está patente na vivência e economia da região Norte de Portugal e nas suas relações sociais e económicas com a Galiza. Esta importância é aliás sublinhada em todos os instrumentos de gestão territorial e documentos estratégicos sectoriais e está bem patente no estudo promovido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e desenvolvido pela Escola de Economia da Universidade do Minho e pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, subordinado ao tema *Efeitos Económicos da Melhoria da Ligação Ferroviária Porto – Vigo na Euroregião Norte de Portugal – Galiza* (Julho de 2008), que engloba uma rigorosa avaliação em termos socioeconómicos e de desenvolvimento regional do impacte expectável, no Norte de Portugal, dos investimentos na ligação ferroviária entre as cidades do Porto e de Vigo.

O aludido estudo veio apontar a necessária alteração do modelo de transportes daquela região, nomeadamente através da promoção do transporte público (incluindo o transporte ferroviário), da interconexão com as redes de transporte público locais e regionais (incluindo transfronteiriças) e da melhoria da complementaridade entre o transporte público e transporte privado (numa lógica de melhoria do transporte de mercadorias, até na decorrência da existência do grande Porto de Leixões, porta atlântica de toda aquela Região), concluindo que a melhoria da ligação ferroviária entre o Porto e Vigo, permitirá:

1. Uma crescente integração da Região Norte de Portugal com a Galiza, nomeadamente ao nível económico, empresarial, social e cultural;
2. Atingir um considerável potencial de cooperação entre os principais portos da euroregião;
3. Um forte crescimento do número de passageiros do Aeroporto Francisco Sá Carneiro provenientes da Galiza;
4. A geração de benefícios sociais agregados estimados em mais de 615 milhões de euros;
5. A obtenção de um volume de receitas operacionais suficiente para garantir os custos de modernização da aludida ligação ferroviária;
6. A obtenção de um significativo impacte sobre a economia portuguesa durante a fase de construção de uma nova linha mista, com um valor estimado de 5 000 milhões de euros no

- produto e com a geração de mais de 20 000 postos de trabalho, diretos e indiretos;
7. Um crescimento do potencial de mobilidade da população;
  8. O grande contributo para a consolidação de um corredor especialmente dedicado ao transporte de mercadorias na região do Noroeste ibérico.

Estas foram algumas das razões que levaram à decisão de construir uma nova ligação ferroviária entre Porto e Vigo.

No entanto, apesar de estar prevista a construção faseada da linha, de modo a minimizar o impacto financeiro, entendeu o governo não haver interesse e condições para a sua concretização.

Na sequência, independentemente da discordância relativa a essa decisão, dando voz às populações e aos autarcas da Região Norte e às Associações empresariais, o Partido Socialista propôs diversas vezes que prosseguissem os trabalhos de modernização da Linha do Minho e que fosse modernizado o material circulante, contribuindo para a melhoria das condições de mobilidade de pessoas e bens na Euroregião do Norte de Portugal e da Galiza (que foram agravadas após a introdução das portagens nas ex-SCUT).

O governo assumiu o compromisso de continuar a modernização da linha ferroviária. No entanto, não há registo da continuação da intervenção nem se conhecem planos da REFER ou da CP para a sua concretização e notícias de hoje na comunicação social transmitem a suspensão da intenção de modernização.

Nesta medida, atendendo à especial conjuntura socioeconómica da Região Norte, nomeadamente a escassez de oportunidades económicas derivadas do atual processo de ajustamento estrutural do tecido produtivo e empresarial, e as limitações atuais ao nível do poder de compra, e considerando que a especial importância da mobilidade para a sua recuperação, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea d) do n.º 1 do art.º 4.º do Regimento da Assembleia da República veem os signatários questionar o Senhor Ministro da Economia e do Emprego:

1. Existe ou não intenção do governo de prosseguir com a modernização da Linha do Minho?
2. Em caso afirmativo, quando, com que planeamento (datas concretas), com que orçamento e com que fontes de financiamento?
3. Em caso negativo, quando pretende o governo assumir essa decisão e, nomeadamente, quando o transmitirá aos autarcas do Eixo Atlântico?

Palácio de São Bento, terça-feira, 12 de Março de 2013

Deputado(a)s

ANA PAULA VITORINO(PS)

JORGE FÃO(PS)

RENATO SAMPAIO(PS)

JOSÉ LELLO(PS)

HORTENSE MARTINS(PS)

ISABEL ONETO(PS)

Deputado(a)s

LUÍSA SALGUEIRO(PS)

RUI PAULO FIGUEIREDO(PS)

EURÍDICE PEREIRA(PS)

NUNO ANDRÉ FIGUEIREDO(PS)